



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP

PRISCILLA SILVA DE CARVALHO

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: Políticas públicas e
o Conselho Municipal de Educação na cidade do Rio de
Janeiro.**

Volta Redonda
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

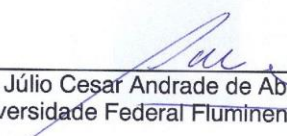
PRISCILLA SILVA DE CARVALHO

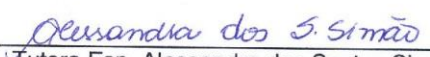
**GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL:
POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora do Curso
de Administração Pública PNAP da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Volta Redonda, 14 de Novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. DSc. Júlio Cesar Andrade de Abreu (Orientador)
Universidade Federal Fluminense – UFF


Tutora Esp. Alessandra dos Santos Simão
Universidade Federal Fluminense – UFF

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da cidade do Rio de Janeiro.....	12
Figura 2: Organograma da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro...	14
Figura 3: Fachada de uma escola municipal.....	15
Figura 4: Área de lazer de um EDI inaugurado em 2015.....	24
Figura 5: Projeto de um Ginásio Experimental Olímpico localizado no bairro do Caju.....	25
Figura 6: Comemoração dos 3 anos de existência da Central 1746.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CEC – Conselho Escola Comunidade

CME – Conselho Municipal de Educação

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

EDI – Espaço de Desenvolvimento Infantil

FUNDEB - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

SME – Secretaria Municipal de Educação

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é abordar a gestão da educação no município do Rio de Janeiro, relacionando-a com o Conselho Municipal de Educação e as políticas públicas voltadas para este setor. Inicialmente, será definido o que são as políticas públicas e como elas funcionam. Será definido, também, o que é a educação pública e como ela surgiu. Posteriormente, serão caracterizados a cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação da cidade. E, para que se possa entender como ocorre a gestão da educação nos municípios, será abordado o Ministério da Educação e Cultura e o seu papel. Nos resultados obtidos com a pesquisa, pode-se encontrar os aspectos positivos e negativos da gestão educacional no município e as políticas públicas implantadas na rede. Também será possível verificar os mecanismos de participação e fiscalização social no processo gerencial do setor educacional da cidade do Rio de Janeiro e quais são as novas demandas para que ele possa ser gerenciado de modo eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Gestão da educação; Conselho Municipal de Educação; Políticas públicas; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo geral	8
2.2 Objetivos específicos	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.1 Políticas públicas.....	9
3.2 Educação pública	10
3.3 Caracterizando o município em estudo	12
3.4 Caracterizando a Secretaria Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro	13
3.5 Conselho Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro.....	16
3.6 Ministério da Educação e Cultura.....	16
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
5 RESULTADOS - PESQUISA DE CAMPO.....	20
5.1 Conselho Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro.....	20
5.2 Políticas públicas e o município do Rio e Janeiro.....	23
5.3 Gestão da educação no município do Rio de Janeiro.....	27
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8 REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete o termo educação é definido como a ação ou o ato de educar, ou seja, um meio pelo qual se busca estimular e desenvolver aptidões em um indivíduo, de acordo com os preceitos, conhecimentos e costumes de uma dada sociedade. DURKHEIM (1922, apud Kimi Tomizaki, 2010) em sua obra *Sociologie et éducation*, relata que *a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto e que o papel da ação educativa é formar um cidadão que tomará parte do espaço público*. Educar é um processo que busca promover o desenvolvimento moral, intelectual e físico do ser humano.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 relata que a educação é um direito social de todos os cidadãos. Ela também determina que é dever da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e que é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. Já o Art. 30 desta mesma lei aponta que compete aos municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados, os programas de educação infantil e de ensino fundamental.

A sociedade brasileira passou por diversas alterações, as quais acarretaram significativas mudanças no contexto social do país, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais. A educação é um direito social dos cidadãos, contudo este direito, em muitos casos, está sendo banalizado, pois há um grande descaso com a mesma no Brasil. As atuais políticas públicas e educacionais não estão surtindo efeitos positivos, assim, se faz necessário uma reforma na gestão da educação, que deveria começar a partir de políticas públicas voltadas para a educação infantil e o ensino fundamental, como base da formação educacional de qualidade, sendo estas ofertadas pelos municípios.

Na cidade do Rio de Janeiro, a banalização da educação não é muito diferente, os gestores responsáveis pela administração da educação se preocupam mais com resultados quantitativos de aprovação para falsas estatísticas do que com

a qualidade dos serviços oferecidos pelas escolas municipais. Em entrevista para o Jornal O Dia, a ex-secretária de Educação da cidade do Rio de Janeiro, Cláudia Costin, tratava a educação e as políticas públicas voltadas para esta, como algo mensurável, na qual a qualidade é fundamental e as estratégias são eficazes e eficientes. Contudo, em sua gestão parece que ela se esqueceu deste discurso, se esqueceu que as políticas públicas devem ser voltadas para as demandas da sociedade.

Para auxiliar os gestores da educação no município do Rio de Janeiro na formulação de políticas públicas voltadas para este setor, foi criado, em 1986, o 1º Conselho Municipal de Educação. O Conselho tinha por objetivo, segundo a Lei Orgânica do Município em seu Art. 130, formular e implantar a política de educação de âmbito público e privado, mediante a fixação de padrões de qualidade do ensino, além de outras atribuições definidas em lei. Desta forma, a fim de entender o papel das políticas públicas educacionais e dos Conselhos Municipais de Educação, é necessária uma avaliação das políticas públicas já implementadas e dos atos do Conselho Municipal de Educação.

Grandes questões envolvem a temática da educação no município do Rio de Janeiro, como, por exemplo, qual é o papel do Conselho Municipal de Educação na cidade do Rio de Janeiro, qual a sua influência no cenário social e político do município e como se dá a participação da sociedade nesta ferramenta. Diante do exposto, a presente pesquisa pretende responder as seguintes questões: Como ocorre a gestão da educação na cidade do Rio de Janeiro? Quais as dificuldades encontradas para gerir o setor educacional? As políticas públicas implantadas na gestão da educação estão surtindo efeitos nesta cidade? Qual o papel e o grau de participação do Conselho Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro na elaboração e implantação das políticas públicas deste setor? Como ocorre a participação da sociedade civil na gestão da educação neste município?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por finalidade coletar informações a respeito da gestão da educação no município do Rio de Janeiro, principalmente, no que tange as políticas públicas voltadas para o setor da educação, a participação dos Conselhos Municipais de Educação na implementação destas ações e a participação da sociedade civil.

2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa visam identificar os processos gerenciais do setor educacional na cidade do Rio de Janeiro, analisando as políticas públicas implementadas e as que ainda serão. Tem por objetivo, também, caracterizar e analisar o Conselho Municipal de Educação, desde o seu surgimento até sua atuação na gestão educacional do município. Por meio desta pesquisa pretende-se mostrar como se dá a participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais e no Conselho Municipal de Educação. Pretende-se relacionar no decorrer desta pesquisa os itens citados acima, destacando os aspectos positivos e negativos da educação no município em estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas

A definição e a análise das políticas públicas são importantes para a compreensão das ações governamentais voltadas para o setor educacional no município do Rio de Janeiro. Faz-se necessário que saibamos o que são essas políticas, quais são as suas finalidades e como devemos analisá-las. Deste modo, os objetivos propostos nesta pesquisa serão atendidos satisfatoriamente.

Políticas públicas são as atividades referentes à esfera pública que podem ou não gerar bens e serviços públicos. São as ações e as estratégias do governo, com o intuito de fornecer algum bem ou serviço necessário a sociedade e que estão sob alta demanda em um determinado momento. E estas demandas da sociedade devem ser atendidas de forma satisfatória.

Easton (1965, apud Celina Souza, 2006) visualiza as políticas públicas como *um sistema, composto por inputs, processos, outputs e realimentação*. Sistemas estes que recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, influenciando seus resultados e efeitos. E Dye (1984, apud Celina Souza, 2006) acrescenta a esta definição que *as políticas públicas são baseadas no que o governo escolhe fazer ou não, as atividades estatais que preferem priorizar e os programas e projetos que devem ser implantados*.

Essas políticas como atividades desempenhadas pelo Estado surgiram a partir da intervenção estatal no setor econômico do país e em outras esferas sociais, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Neste período, várias questões foram levantadas a respeito desta nova ferramenta do Estado, as políticas públicas, dentre as quais se pode citar:

- Como elas se transformam em ideias e estas ideias se transformam em resultados?
- Como surgem?
- Por que produzem resultados diferentes do esperado?
- Como ganham legitimidade?

A partir da resolução destas questões, surgiu a *policy analysis*, que em português significa a análise de políticas públicas, cujo intuito é analisar as atividades referentes ao setor público e que podem ser influenciadas por diversos modelos de análise política (institucional, de processos, de elites, incremental, sistemática, da escolha pública, entre outras). Esses métodos de análise das políticas públicas foram se alterando com o decorrer do tempo, devido mudanças ocorridas nas Ciências Políticas e Sociais. Contudo, ainda permanece a metodologia do esquema de Ciclo de Políticas Públicas, onde as políticas públicas são elaboradas de acordo com alguns estágios, a saber:

- Identificação do problema e formação da agenda de políticas públicas;
- Formulação da política ou tomada de decisões;
- Implementação da política pública; e
- Avaliação da política implementada.

A avaliação realizada pelo Estado deve compreender a análise de três conceitos, a eficiência, a eficácia e a efetividade da política implementada. Estes três conceitos devem ser observados durante a avaliação, assim como os benefícios que ela deverá trazer para a sociedade.

A função do Estado é fornecer bens e serviços públicos fundamentais a sociedade, de forma eficiente e eficaz. Deste modo, podemos verificar que é através das políticas públicas que a provisão de bens e serviços públicos será garantida e o Estado de Bem-Estar Social será garantido. Maria Paula Santos (2012) aponta que o *Estado de Bem-Estar Social é aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando e regulando os sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social.*

3.2 Educação pública

Antigamente, a educação não era um meio de se adquirir novos conhecimentos e, sim, um mecanismo de controle dos indivíduos. Luzuriaga (1959, apud Sílvio Gallo, 2007) relata que a educação passou por diferentes estágios e categorias, desde a educação cristã até a democrática.

A educação cristã buscava inserir nos indivíduos as características de um “bom cristão”, onde a alfabetização era voltada, apenas, para a leitura da Bíblia e a disseminação do que a Igreja Católica considerava como a forma correta de viver. Para a Igreja, a educação era uma mera ferramenta utilizada para influenciar política e economicamente os indivíduos, impondo-lhes suas regras, costumes e valores.

Contudo, havia pessoas que discordavam deste pensamento e transmitiam seus conhecimentos de forma coletiva e clandestina. Com o passar do tempo e de diversas modificações na sociedade, o processo educativo começou a ser formalizado. No século XVII, Jean Jacques Rousseau, filósofo e teórico político, elaborou uma teoria sobre a formalização da educação, onde ele apontava duas características importantíssimas deste processo: a educação como um meio de afastar as crianças de males e como um meio de desenvolver nelas todas as suas potencialidades.

Estas mudanças sociais culminaram na educação democrática. Tipologia que se baseia na democracia, que é o governo do povo, para o povo e pelo povo, ou seja, um sistema de governo que visa o bem estar e a igualdade social e não apenas os desejos pessoais do governante. Esta tipologia requer igualdade de direitos entre os indivíduos, requer a igualdade no que tange as questões qualitativas e quantitativas da educação.

No Brasil, a escola pública surgiu como um sistema educacional organizado em prol das grandes massas, como um mecanismo de desenvolvimento intelectual e moral. Apesar de ser voltado para as grandes massas, só tinha acesso a este sistema as elites cafeicultoras da época, sendo excluídos os pobres e negros. Por volta de 1920, os excluídos começaram a reivindicar seus direitos. Neste período foi elaborado um documento chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e tinha como objetivo a reconstrução social por meio da educação gratuita, obrigatória e universal. Este manifesto influenciou no texto da Constituição Federal de 1934.

Deste modo, a educação pública é uma forma de atender a um direito social estipulado, atualmente, pela Constituição da República Federativa de 1988, que é o acesso a educação, o direito de um indivíduo de adquirir novos conhecimentos e vivências conforme os preceitos da sociedade a qual ele está inserido.

3.3 Caracterizando o município em estudo

Segundo dados do portal virtual da prefeitura, o município do Rio de Janeiro localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, região Sudeste do país, e totaliza uma área de 1.224,56 km² dividida em 161 bairros. De acordo com o Instituto Pereira Passos, em 2013 a população residente estimada foi de 6.466.736 pessoas. E segundo dados do IBGE sobre a economia do município, em 2011 o PIB foi de 209.366 milhões de reais, totalizando 5,05% de participação do PIB do Brasil e 45,28% de participação do PIB no estado.

Figura 1: Mapa da cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Google Maps.

O atual Prefeito chama-se Eduardo da Costa Paes, cujo mandato vai até 31 de dezembro de 2016. Administrativamente o município é dividido em 5 Áreas de Planejamento, 16 Regiões de Planejamento e 33 Regiões Administrativas.

Alguns historiadores apontam que a descoberta do território que conhecemos hoje como cidade do Rio de Janeiro está intimamente ligada a descoberta do Brasil, tendo os primeiros europeus visitado as terras em 1502. Um dos expedicionários enviados ao Brasil foi Américo Vespúcio e este ao se deparar com um rio nesta região a denominou de Rio de Janeiro. Muitos anos se passaram e um fidalgo chamado Estácio de Sá foi designado a fundar a região denominada de Rio de Janeiro como uma forma de garantir a ocupação portuguesa e expulsar os franceses que estavam na localidade. Após a vitória portuguesa, é nomeado um governador

para a cidade e alguns anos depois a cidade torna-se sede de todo o território brasileiro, marcando a expansão da região.

Centenas de anos depois a cidade do Rio de Janeiro se tornou capital do país, precisamente em 1763. Contudo, em 1960, com a inauguração de Brasília a capital foi transferida. Desde então o Rio de Janeiro passou por diversas modificações, foi sede de diversos eventos mundiais e cresceu consideravelmente em relação as outras cidades brasileiras, tornando-se a cidade brasileira mais conhecida no exterior. E em 2016, será sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, evento que trará mais notoriedade para a cidade e beneficiará a população de diversas formas.

O Rio de Janeiro é a cidade brasileira mais conhecida internacionalmente devido suas belezas naturais, como as praias e a floresta da Tijuca, pelos habitantes, sempre muito hospitaleiros, e por umas das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, o Cristo Redentor. Contudo, toda esta beleza está sendo denegrida por causa do alto índice de violência da cidade.

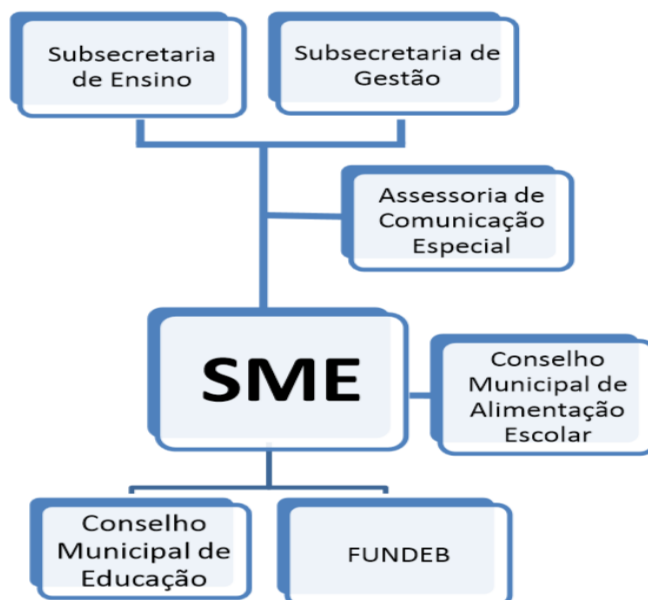
3.4 Caracterizando a Secretaria Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro

Órgão pertencente à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, cujo papel é cuidar da educação pública no município, da Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental. A Secretaria Municipal de Educação (SME) tem como missão a elaboração da política educacional do município, coordenando a sua implantação e avaliando os resultados obtidos. A SME tem sua sede localizada na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova – RJ, no prédio da prefeitura do município. A gestão da educação no município do Rio de Janeiro é realizada pelos integrantes da Secretaria Municipal de Educação e segue a seguinte estrutura:

- Secretária Municipal de Educação: Regina Helena Diniz Bomeny
- Subsecretária de Ensino: Jurema Holperin
- Subsecretário de Gestão: Paulo Roberto Santos Figueiredo

- Chefe de Gabinete: Almir de Oliveira
- Assessora Especial: Mariza Lomba Pinguelli Rosa
- Assessor de Comunicação Social: Marcello Gazzaneo
- Coordenador de Planejamento: Geraldo Mattos
- Coordenadora de Administração: Bettina Libonati
- Coordenadora de Gestão Escolar e Governança: Kátia Max
- Coordenadora de Educação: Maria de Nazareth Machado de Vasconcellos
- Coordenadora de Recursos Humanos: Maria de Lourdes Albuquerque Tavares
- Coordenador de Infraestrutura: Claudio Massa
- Direção do Instituto Helena Antipoff: Kátia Nunes
- Conselho Municipal de Educação: Regina Helena Diniz Bomeny – Presidente
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): Maria Cristina Kohn
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar: Mário Luís Larrubia

Figura 2: Organograma da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Decreto N.º 32.550 de 20 de setembro de 2010 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A SME, externamente, é dividida em 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), cada Coordenadoria abrangendo determinados bairros. Cada CRE possui diversas gerências, dentre as quais destaco a de Recursos Humanos, a de Educação, a de Infraestrutura, a de Ação Integradora e o Almojarifado. Estas gerências facilitam a administração das necessidades de cada escola e a coleta de informações para a SME.

Figura 3: Fachada de uma escola municipal.



Fonte: <http://www.rioeduca.net/blog.php?bid=14&tag=patronos&pg=6>

A Rede Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro é considerada como uma das maiores redes públicas de ensino da América Latina, visto que é um município com um território muito vasto. Segue abaixo os números apurados até 15 de outubro de 2015, que estão disponíveis no portal da prefeitura.

São 1.463 unidades escolares (1.003 escolas de Ensino Fundamental e 460 unidades de Educação Infantil) com um total de 654.454 alunos matriculados. Nesse total de alunos matriculados, estão inclusos 4.912 alunos em escolas de Educação Especial, 7.733 alunos com deficiência incluídos em turmas regulares e 26.793 alunos matriculados no Programa de Educação de Jovens e Adultos/EJA. Há também 736 alunos participando do Programa Projovem Urbano. Esta rede conta com 7 Clubes Escolares, 8 Núcleos de Artes e 1 Polo de Educação pelo Trabalho. Para que estes 654.454 alunos sejam atendidos a prefeitura conta com milhares de

profissionais: 40.324 professores, 5.997 agentes de educação infantil, 1.082 secretários escolares e 16.024 funcionários de apoio administrativo.

3.5 Conselho Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro

Jacobi (2002, apud Vanessa Campagnac) define os Conselhos Municipais de Educação como *órgãos normativos e deliberativos, com estruturas colegiadas, e compostos de representantes do poder público e trabalhadores da educação e da comunidade*. São colegiados, criados com o intuito de participar da elaboração e execução das políticas públicas educacionais no município, visando uma maior efetividade na implantação destas políticas.

Na cidade do Rio de Janeiro, o Conselho Municipal de Educação (CME) foi criado por meio da Lei N.º 859 de 5 de junho de 1986. A Lei Orgânica do Município, no Artigo 130, aponta que caberá ao Conselho Municipal de Educação a formulação e implantação da política de educação em âmbito privado e público, mediante a fixação de padrões de qualidade do ensino, entre outras atribuições. Este Conselho foi regulamentado pelo Decreto N.º 14.522 de 11 de janeiro de 1996 e sofreu alterações através do Decreto N.º 16.597 de 15 de abril de 1998.

Em 22 de setembro de 1999 foi publicada a Resolução SME N.º 676, que aprovava o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação (natureza, atribuições, finalidade e organização). Doze anos após a publicação desta Resolução foi verificado a necessidade de se alterar e atualizar o Regimento Interno do CME, o que ocorreu com a publicação da Resolução SME N.º 1.177 de 12 de janeiro de 2012.

Desde sua criação o Conselho Municipal de Educação aprovou diversos atos que permitiram um melhor gerenciamento do setor educacional no município do Rio de Janeiro, fato que aprimorou a qualidade do serviço ofertado a sociedade.

3.6 Ministério da Educação e Cultura (MEC)

De acordo com as informações disponíveis em seu portal, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) é um órgão da Administração Pública Federal que trata de questões referentes a:

- Política Nacional de Educação;
- Educação Infantil;
- Educação em geral, compreendendo Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial e Educação a Distância, exceto o ensino militar;
- Avaliação, informação e pesquisa educacional;
- Pesquisa e extensão universitária;
- Magistério; e
- Assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Este Ministério foi criado em 1930, mas tinha outra denominação, Ministério da Educação e da Saúde Pública. Tinha como propósito desenvolver atividades em diversas áreas além da saúde e educação, como era o caso do esporte e do meio ambiente. O Ministério com a denominação que conhecemos hoje, MEC, surgiu em 1953 com a autonomia dada a área da saúde. Deste então, este Ministério passou por diversas modificações e reformas, culminando na estrutura organizacional atual.

Dentro deste órgão existem diversas Secretarias e Subsecretaria, cada uma com as suas atribuições específicas como é o caso da Secretaria de Educação Básica, a de Ensino Superior, a de Educação Profissional e Tecnológica, dentre tantas outras. É o MEC, por meio de suas Secretarias e Subsecretarias, que estabelece as normas educacionais, as metas a serem atingidas e avaliam todo o processo educacional em âmbito nacional.

Na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), este órgão desenvolveu ações e programas que visam assegurar aos alunos educação de qualidade e uma formação que pudesse lhes garantir a entrada no mercado de trabalho. Buscou, também, promover a redução das desigualdades sociais através da educação e da garantia de um futuro melhor.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como o tipo de pesquisa qualitativa que, segundo Zanella (2009), pode ser definida *como a que se baseia, principalmente, em análises qualitativas, fundamentando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados*. Segundo esta mesma autora, a pesquisa qualitativa abrange:

- O ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; e
- A preocupação em descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta e a preocupação com o processo.

Em relação aos objetivos, poderá ser caracterizada como uma pesquisa exploratória e descritiva, buscando obter mais informações a respeito do tema e descrevê-los. Os procedimentos adotados para a coleta de informações foram a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa por levantamento e o estudo do caso e o estudo de campo. O estudo de campo foi facilitado pelo fato de estar inserida no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação da cidade em estudo, atuando especificamente em uma escola municipal. Basicamente, a pesquisa envolveu a consulta em livros, internet, artigos acadêmicos e a legislação pertinente, além de fatos vividos diariamente no ambiente de trabalho.

Nesta pesquisa, foram procuradas informações sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, seu Conselho Municipal de Educação e como ocorre a gestão da educação. A pesquisa a respeito deste quesito também foi realizada por meio da pesquisa na internet, mais especificadamente no portal da prefeitura da cidade. Em alguns artigos acadêmicos relativos ao tema em estudo, pode-se analisar os resultados obtidos por outros pesquisadores, fato que permitiu a elaboração das considerações. Em relação à legislação pertinente, foi ela que embasou esta pesquisa, apontando algumas diferenças em relação a como deveria ser a gestão da educação e como ela realmente é, possibilitando a elaboração de algumas avaliações sobre o assunto abordado.

Os resultados obtidos foram analisados de forma qualitativa, apontando os aspectos positivos e negativos das políticas públicas implementadas e por

implementar no município do Rio de Janeiro, a participação do Conselho Municipal de Educação e da participação social em todo o processo de gestão educacional.

5 RESULTADOS - PESQUISA DE CAMPO

5.1 Conselho Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro

O Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro foi criado em 1986 e tem por objetivo a elaboração e execução da política educacional da cidade. Suas reuniões ocorrem todas as terças, na sede da Rua Mata Machado, n.º 15, no Maracanã, Rio de Janeiro - RJ. E as plenárias públicas ocorrem na última terça-feira de todo mês.

De acordo com seu o Regimento Interno atualizado pela Resolução SME N.º 1.177, de 12 de janeiro de 2012, o CME possui competência deliberativa, normativa, fiscalizadora e de assessoramento e tem por atribuições:

- I. Opinar sobre a Política Educacional do Município do Rio de Janeiro, no âmbito público e privado;
- II. Subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação (PME);
- III. Propor atividades voltadas para o aperfeiçoamento da Educação Infantil das redes pública e privada, do Ensino Fundamental, da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos no âmbito da rede pública de ensino, bem como dos Programas de Extensão Educacional;
- IV. Acompanhar a execução da Política Educacional do Município do Rio de Janeiro, inclusive no que se refere aos Programas de Atualização de Professores, emitindo parecer sobre matéria de natureza educacional, por iniciativa de seus Conselheiros, quando solicitado pelo Secretário Municipal de Educação ou para atender demanda da comunidade educacional, em consonância com parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- V. Pronunciar-se sobre o Regimento Básico das Unidades Escolares da rede pública de ensino;
- VI. Opinar sobre a concessão ou cancelamento de subvenções e auxílio a entidades educacionais do Município do Rio de Janeiro;
- VII. Pronunciar-se sobre autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino privado com atendimento de Educação Infantil;
- VIII. Pronunciar-se sobre a gestão administrativo-financeira da SME;
- IX. Apresentar sugestões para a Proposta Orçamentária e o Plano de Ação referentes ao exercício subsequente;

X. Zelar pelo cumprimento da legislação educacional, em âmbito federal, estadual e municipal; e

XI. Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE/RJ) e com os demais Conselhos Municipais.

A estrutura do CME conta com um presidente, um vice-presidente, cinco titulares e cinco representantes da sociedade civil dos seguintes segmentos: Mantenedores de Estabelecimentos de Ensino, Trabalhadores de Educação, Universidade ou Faculdade de Educação e Usuários do Sistema Municipal de Ensino. Ao total, o CME é constituído por 12 membros, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, e a presidência é exercida pela Secretaria Municipal de Educação, Regina Helena Diniz Bomeny. Sua estrutura básica, administrativa e orçamentária é composta por:

- Presidente: Nomeado pelo Prefeito e não possui direito a voto, exceto em casos de empate, momento em que terá o voto de qualidade. Tem como atribuições a supervisão e coordenação de todas as atividades do CME. É o responsável por designar os membros que comporão as Câmaras e as Comissões Especiais e por encaminhar as autoridades, todas as deliberações do CME que exijam providências.

- Vice-Presidente: Cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências e assessorá-lo quando este julgar necessário.

- Secretaria: É função do Secretário auxiliar o Presidente nas sessões, preparar a pauta das reuniões, redigir as Atas das reuniões, elaborar relatórios sobre as atividades do CME quando solicitados e elaborar o expediente administrativo. Este cargo deve ser ocupado por servidor municipal estatutário e de nível superior que é indicado pelo Secretário Municipal de Educação.

- Câmaras: Tem por finalidade deliberar sobre os assuntos a ela pertinentes e são compostas pelas Câmaras descritas abaixo.

- Câmara de Educação Infantil e Ensino Fundamental: Compete a esta Câmara analisar as questões relacionadas a legislação relativa a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino de Jovem e Adultos e a Educação Especial, buscando a melhoria da educação nestas modalidades.

- Câmara de Políticas Educacionais Integradas às Políticas: Compete a esta Câmara incentivar a capacitação de professores, apoiar os projetos que mantenham o aluno na escola de forma produtiva, disseminar as experiências positivas em gestão escolar e permitir debates e fóruns sobre este tema.

- Comissões Especiais: Designadas pelo Presidente com o objetivo de deliberar sobre matérias que necessitem de mais especificidade, emitindo Parecer sobre a matéria e elaborar normas e instruções a serem aprovadas pelo Conselho.

Dentre as políticas educacionais implementadas pelo CME, ressaltam-se as deliberações que causaram maior impacto na educação do município:

- Deliberação CME N.º 3: Fixou normas para a autorização do funcionamento de instituições privadas na oferta de Educação Infantil. Esta deliberação foi importante porque na época em que ela foi sancionada, 09 de agosto de 2000, a oferta de vagas na Educação Infantil em escolas municipais era bem reduzida. Fato que, atualmente, é bem diferente, pois o município já dispõe de 460 unidades de Educação Infantil, além de 163 creches particulares conveniadas.

- Deliberação CME N.º 8: Publicada em 30 de outubro de 2001, estabelecendo as normas para a matrícula na Rede Pública do Sistema Municipal de Educação. Esta deliberação teve grande impacto no momento da matrícula de alunos na rede, pois a partir dela foi possível classificar os tipos de matrícula, facilitando a realização de levantamentos sobre as movimentações dos alunos durante o ano letivo. Com esta deliberação as matrículas foram classificadas em: inicial, renovada ou por transferência. Estabeleceu que em casos de transferência a Unidade Escolar deverá junto com seu corpo docente e a coordenação pedagógica garantir a adaptação do aluno a nova grade curricular e suas eventuais necessidades.

- Deliberação CME N.º 14: De 21 de fevereiro de 2006, que criou a Medalha Carioca, uma forma de parabenizar e homenagear profissionais da Rede Municipal de Educação por seu desempenho. Este é um ótimo meio de incentivar outros profissionais da área a atuarem de forma positiva, eficiente e eficaz. Deste modo, anualmente são escolhidos três profissionais da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro para recebê-las juntamente com um diploma.

- Fixa normas para o atendimento de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais nas creches e pré-escolas: Estabelece a inclusão escolar na Educação Infantil, garantindo que estes alunos sejam atendidos com atividades, recursos e espaço que o atendam satisfatoriamente. Aponta que é dever da escola atender as necessidades educacionais especiais destes alunos, buscando não ultrapassar dois alunos nestas condições por grupamento de ensino.

- Fixa normas para a realização dos conselhos de classe: Define a finalidade dos Conselhos de Classe que é discutir e decidir sobre as práticas educacionais. Os Conselhos de Classe também visam avaliar o aluno quanto aos objetivos propostos para aquele período. E deve ser composto pela Direção da Unidade Escolar, pelo Coordenador Pedagógico e pelos professores, podendo haver reuniões ordinárias e extraordinárias.

5.2 Políticas públicas e o município do Rio de Janeiro

Celina Souza (2006) conceituou políticas públicas como *o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)*. As políticas públicas na área da educação visam melhorar o desempenho do sistema educacional, buscando a eficácia e a eficiência nos serviços prestados a sociedade e diminuir a evasão escolar. Estas iniciativas, na cidade do Rio de Janeiro, são voltadas para alunos da creche até o 9º ano do Ensino Fundamental e envolve parcerias com entidades privadas, outras secretarias do município (Secretaria Municipal de Saúde, de Esportes e Lazer, de Cultura e de Ciência e Tecnologia), empresas públicas e autarquias.

Para que estas políticas sejam implementadas, primeiro deve haver a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME). O PME é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação com apoio do Conselho Municipal de Educação da cidade. Após entrar em vigor, o PME é repassado para as Coordenadorias Regionais de Educação e estas repassam para as unidades escolares. Para que as

metas estipuladas no PME sejam atendidas, fazem-se necessárias ações estratégicas que permitam o seu alcance. As ações estratégicas são as políticas educacionais que iram colaborar para o atingimento dos objetivos do PME. Há diversas políticas públicas voltadas para o setor educacional em vigor na cidade do Rio de Janeiro, dentre os quais pode-se mencionar:

- Criação dos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI): Voltado para a primeira infância o Espaço de Desenvolvimento Infantil foi criado com o intuito de integrar a creche a pré-escola. Uma iniciativa para atender crianças de 6 meses até 5 anos e 11 meses de idade, idade a qual serão encaminhadas a unidades escolares do Ensino Fundamental. Estes espaços contam com pelo menos um professor de Educação Infantil em cada sala, agentes auxiliares de creche para dar apoio ao professor e material pedagógico que vise o desenvolvimento das crianças através da convivência.

Figura 4: Área de lazer de um EDI inaugurado em 2015.



Fonte: www.riosempresente.com.br

- Criação das Escolas do Amanhã: Programa criado em 2009, que tem por objetivo reduzir a evasão escolar e melhorar a aprendizagem em algumas regiões pacificadas. Uma importante característica deste programa é a personalização e individualização, buscando as necessidades de cada região.

- Implantação de Escolas de Turno Único: Tem por objetivo implantar em algumas unidades escolares o horário de turno único para seus alunos. Nas escolas de turno único os alunos teriam 7 horas de aula por dia, onde o aluno terá sete tempos de aula de 50 minutos, ao invés de 5 tempos de 50 minutos, e 70 minutos destinados a recreio e refeições. A Prefeitura tem como meta que até 2016, 35% dos seus alunos estejam matriculados em escolas de turno único.
- Fábrica de Escolas: Atualmente é considerada a principal meta educacional para a prefeitura. As Fábricas de Escolas são locais destinados ao armazenamento, logística e construção de 136 escolas no município. Localizadas em diversas áreas da cidade, visam facilitar a construção destas escolas, fato que culminará na oferta de mais de 103 mil novas vagas.
- Escolas denominadas Ginásio Experimental Olímpico: Visando as Olimpíadas de 2016, a Prefeitura criou escolas com embasamento acadêmico e esportivo, buscando desenvolver as aptidões esportivas de seus alunos, mantendo a qualidade do ensino dos mesmos.

Figura 5: Projeto de um Ginásio Experimental Olímpico localizado no bairro do Caju.



Fonte: <http://www.rioeduca.net/blogviews.php?bid=14&id=3340/>

- Escolas denominadas Ginásio Carioca: Unidades escolares que atendem aos três últimos anos do Ensino Fundamental (7º ano ao 9º ano). O objetivo desta política é a excelência acadêmica, apoio ao projeto de vida do aluno e a educação para valores,

contando com o apoio de novas tecnologias e material didático disponível na intranet para os professores

- Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire: Escola criada para valorizar e capacitar os professores do município do Rio de Janeiro, iniciando suas atividades em junho do ano de 2012. A Escola de Formação é localizada no centro da cidade e oferece cursos presenciais, semipresenciais e a distância. Para a capacitação, os professores ainda contam com a Biblioteca Anísio Teixeira e o Centro de Referência.

- Melhoria da Gestão Escolar: A Secretaria Municipal de Educação promove cursos para aprimoração de professores e especialistas para a gestão escolar. O objetivo principal destes cursos é ampliar a gestão educacional, garantindo a democracia e a participação de todos. Os profissionais formados nestes cursos poderão atuar como Diretor em unidades escolares e deverão assinar um Termo de Compromisso Educacional, visando melhorar o desempenho dos alunos e o atingimento das metas estabelecidas pela SME.

- Programa Saúde nas Escolas: É uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, com o intuito de promover práticas de higiene e promover educação preventiva dentro das escolas.

Estas são apenas algumas das mais recentes políticas públicas voltadas para o setor educacional da cidade do Rio de Janeiro. Estas políticas também visam evitar o abandono escolar nos anos iniciais, que é um grande desafio para educação. Muitos são os motivos apontados para justificar a evasão escolar. Entre eles está a necessidade de trabalhar para ajudar os pais, a localização da escola em área de risco e até mesmo o desinteresse por parte do aluno e dos responsáveis. A evasão escolar é um problema sério e precisa ser combatido de forma incisiva, para que, assim, o aluno retorne a sala de aula e tenha condições de ter um futuro melhor.

Da mesma forma que ocorre com o PME, as políticas públicas educacionais são repassadas para as Coordenadorias de Educação, Diretores, professores,

funcionários e toda a comunidade escolar. Os resultados destas políticas estão expressos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O IDEB do município do Rio de Janeiro não oscilou muito desde 2005, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, permanecendo, respectivamente, em torno de 5,4 e 4,4. As projeções para 2015 não são muito diferentes, pois a perspectiva é de que a nota seja de 5,6 para os anos iniciais e de 5,0 para os anos finais. Estas não são estimativas muito boas, se comparados com outros municípios e estados do país, onde a perspectiva de nota, em 2015, para os anos iniciais e finais é, respectivamente, 7,5 e 8.

5.3 Gestão da educação no município do Rio de Janeiro

Na cidade do Rio de Janeiro a gestão da educação ocorre por meio das ações da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação. Estes verificam as necessidades educacionais do município e de sua população, elaboram e implementam as políticas públicas para atender a estas demandas. Os gestores utilizam as políticas educacionais como um meio de alcançar as metas, estabelecidas no PME da cidade e as do PNE estabelecidas pelo MEC, a partir do auxílio de todos os agentes envolvidos. São nos municípios que estas metas se concretizam. Estes planos, PNE e PME, buscam universalizar o acesso à educação, garantir a alfabetização, oferecer educação em tempo integral, ampliar o investimento público em educação pública, entre outros objetivos.

Como descrito acima, a Secretaria Municipal de Educação, junto a seus integrantes, tem por objetivo elaborar o Plano Municipal de Educação. Esta política deve estar alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para que a PME esteja alinhada ao PNE, ocorrem diversas reuniões entre os secretários e coordenadores da Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e a sociedade civil.

Após o alinhamento destas políticas, o projeto é encaminhado a Conferência Municipal e, caso seja aprovado, enviado a Câmara Municipal. Posteriormente a aprovação pela Câmara Municipal, o documento entra em vigor, estabelecendo, assim, as políticas e metas a serem executadas para os próximos anos. Sendo estas repassadas aos demais agentes envolvidos na gestão educacional do município.

A Constituição Federal de 1988 trouxe muitas mudanças, entre elas está a ampliação da participação social no processo gerencial. A participação da sociedade nos atos de gestão se dá por meio do controle social, que ocorre quando os membros da sociedade civil monitoram e interferem nas decisões tomadas pelos gestores públicos e em suas ações, exigindo as prestações de contas e a publicidade dos atos da Administração Pública. No município do Rio de Janeiro, verifica-se que a sociedade participa dos atos de gestão educacional por quatro meios, são eles:

- Atuação no Conselho Municipal de Educação: Atuação como membro representante da Sociedade Civil, como descrito anteriormente.

- Participação nos Conselhos Escola Comunidade (CEC): O CEC é composto por profissionais e Direção da Unidade Escolar, por alunos, por pais de alunos e pela associação de moradores do bairro. O objetivo do CEC é garantir a representatividade de todos os membros envolvidos com a educação, desde os professores e funcionários até os alunos, os responsáveis e membros da comunidade escolar. Também, tem por objetivo fiscalizar as ações dos gestores das Unidades Escolares, apoiar ou interferir nas decisões destes, transmitir informações aos demais cidadãos inseridos na escola, participar das reuniões, definir as prioridades para aplicação da verba da unidade escolar, dentre tantas outras incumbências. A participação neste Conselho se dá por meio de eleições na escola, onde os três responsáveis e os dois alunos mais votados compõem a equipe do Conselho.

- Central 1746: Foi criado em 2011 e é o principal meio de comunicação entre a prefeitura e o cidadão, recebendo por mês mais de 107 mil solicitações. Esta central pode ser acessada pela internet ou pelo telefone. Nela o cidadão pode fazer ouvidorias, fazer sugestões, elogios e até mesmo solicitar serviços, como

recolhimento de entulho, poda de árvores, iluminação pública e desratização. Neste mesmo canal, o usuário pode solicitar informações sobre as Secretarias Municipais, dentre elas, informações relacionadas a SME e a escola onde seu filho estuda.

Figura 6: Comemoração dos 3 anos de existência da Central 1746.



Fonte: http://www.1746.rio.gov.br/?post_type=fotos

- Fiscalização, regulamentada pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Acompanhamento por meio do portal eletrônico da Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Diário oficial da cidade, onde são publicados todos os atos da Secretaria Municipal de Educação e das demais secretarias. Em relação s fiscalização nas unidades escolares, está pode ser feita por meio da prestação de contas que deve estar fixada em um mural bem visível a toda a comunidade escolar daquela unidade.

Apesar da presente pesquisa abordar a temática do Conselho Municipal de Educação e as políticas públicas educacionais, quando se trata da gestão da educação municipal, faz-se necessário mencionar que há outros colegiados associados a SME. São eles, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O CAE tem por finalidade fiscalizar a execução do Programa de Alimentação escolar e os recursos a ele destinados. Já o

FUNDEB, tem como finalidade o acompanhamento e controle social sobre os recursos oriundos do Fundo, supervisionar o censo escolar anual e participar da elaboração da proposta orçamentária.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vimos no decorrer do texto, como se dá a gestão educacional no município do Rio de Janeiro, o papel do Conselho Municipal de Educação e a elaboração e implantação de políticas públicas para este setor. Contudo, é preciso analisar, também, as dificuldades encontradas no setor educacional e não, somente, os processos que obtiveram êxito. As dificuldades encontradas pelos gestores no município em estudo são muitas, desde a violência até a falta de recursos financeiros para dar continuidade as políticas em vigor e as que ainda estão no papel.

A falta de recursos financeiros pode ser considerada o principal empecilho para a gestão da educação. Sem verba, não há como manter uma unidade escolar em funcionamento, não há como garantir a qualidade e o bem estar dentro de uma sala de aula. Isto tudo sem falar na insegurança que é ocasionada pela falta de porteiros nas unidades, pela política de segurança do município e pelo alto índice de violência dos últimos tempos. Há casos de diretores serem coagidos por bandidos armados a liberarem alunos, casos em que os alunos tiveram que se abaixar nas salas de aula para não serem alvos da troca de tiros entre policiais e traficantes e de professores baleados ao exercerem sua profissão. Mediante o exposto, faz-se necessário questionar se não é o caso da Secretaria Municipal de Educação estabelecer parcerias mais estreitas com a Polícia Civil e Militar? Se não é o caso do Conselho Municipal de Educação colocar na pauta de suas reuniões estes casos e buscar formas de solucioná-los?

É possível perceber que as escolas não recebem todo o suporte necessário para seu funcionamento. Muitas vezes diretores têm dúvidas que nem mesmo as gerentes das Coordenadorias Regionais de Educação sabem responder, precisando estas entrar em contato com os funcionários diretos da SME para solucionar as questões. Como, por exemplo, dúvidas relativas a prestação de contas, isso quando há verba, e dúvidas relacionadas a recursos humanos. Faz-se necessário que a SME promova capacitações a todos seus funcionários de cargos gerenciais e de apoio administrativo, para que este possam atender de modo competente e satisfatório as demandas sociais no setor educacional. Também é preciso que os

professores sejam capacitados para atender as novas exigências dos alunos e aos novos métodos educacionais.

As demandas da sociedade são muitas e, a todo o momento, suas necessidades sofrem modificações. É necessário que o Poder Público esteja atento a estas modificações, principalmente na esfera municipal, que é a que está mais próxima da sociedade civil. Na educação, as demandas são, principalmente, por vagas em escola próximas a residência do aluno. No fim do ano letivo, ocorre a pré matrícula pela internet, mas este processo não é muito eficaz. A ineficiência deste processo se dá pelo fato do quantitativo de vagas disponibilizadas não ser a realidade da escola e pelo fato da procura por determinadas escolas ser muito grande. A procura por escolas de turno único é muito grande, pois muitos pais trabalham e preferem que seus filhos fiquem na escola a maior parte do dia ao invés de ficarem em casa, sem ter com o que ocupar o seu tempo. Esta grande busca, também, se deve ao fato das escolas de turno único serem caracterizadas como escolas com qualidade de ensino superior do que as que funcionam em turno parcial, por possuírem infraestrutura melhor do que as demais.

Contudo, ao analisar o descrito acima, é possível verificar que há discrepâncias entre qualidade de ensino entre escolas de uma mesma rede. Acredita-se que por se um município muito vasto e com características diversas em cada região, haja essas diferenças na qualidade do ensino e infraestrutura escolar. Entretanto, a SME junto o CME devem elaborar mecanismos para garantir a igualdade de direitos neste setor, garantir que um aluno da Zona Sul receba o mesmo tipo de educação que o aluno da Zona Oeste, que o acesso à educação pública seja de qualidade em toda a rede municipal.

Dizem que quem faz a escola é o aluno, em parte está frase é coerente. Não adianta ter escola de 1º mundo, se não há alunos que queiram estudar. O nível de evasão escolar no município do Rio de Janeiro é muito alto, principalmente em regiões onde tráfico domina. Para muitas crianças e adolescentes, o mundo da criminalidade parece mais interessante e promissor do que frequentar uma escola e se formar. Mas não são só estes os motivos que ocasionam o abandono escolar, dentre os mais frequentes estão a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família e a negligência e descaso dos pais com seus filhos. Para estes casos já

há parcerias entre a SME, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Serviço Social e os Conselhos Tutelares de cada região. A prefeitura, assim, como as demais prefeituras e estados, possuem mecanismo para manter a frequência dos alunos nas escolas, como é o caso do Programa Bolsa Família e do Cartão Família Carioca. O Cartão Família Carioca é um programa que garante uma renda mensal complementar às famílias do programa Bolsa Família, no qual só terá direito as famílias em que o aluno obtiver mais de 90% de frequência, entre outras exigências.

Faz-se necessário que os responsáveis participem de forma mais incisiva na vida escolar de seus filhos, participem das reuniões bimestrais e sejam parceiros das escolas. Já foi informado, anteriormente, diversas formas de participação da sociedade civil no processo de gestão educacional. Porém, percebe-se nas unidades escolares que os pais representantes do segmento responsável do Conselho Escola Comunidade não participam de forma efetiva neste conselho, pois acreditam que apenas devem concordar com o que foi decidido pela Direção da unidade. Do mesmo modo, é de extrema importância que os usuários do sistema municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro participem das plenárias públicas do CME, para que, assim, fiquem cientes do que está ocorrendo no setor educacional da cidade e possam fazer reivindicações caso julguem necessário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das definições e reflexões apresentadas, pode-se afirmar que a missão da Secretaria Municipal de Educação é a elaboração do Plano Municipal de Educação, coordenar a sua implantação na cidade e avaliar os resultados dele obtidos, sempre promovendo ações que possam ajustar o plano as necessidades educacionais.

Cabe ao Conselho Municipal de Educação auxiliar a SME e deliberar sobre as matérias a ele destinadas. É um colegiado com o intuito de promover a participação social, seja ela como membro representante ou apenas por assistir as plenárias públicas, visando estar ciente das decisões voltadas para este setor.

Este artigo aponta a relação entre a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação e como esta relação é importante para a gestão educacional da cidade e implantação das políticas, mesmo que saibamos que ainda há uma longa caminhada a trilhar em prol de uma educação pública de qualidade no município.

As informações obtidas no processo de pesquisa colaboraram de forma eficaz na resolução dos questionamentos citados neste artigo, permitindo um entendimento maior a respeito do tema escolhido. Fato que possibilitou a conclusão de que é necessário que os gestores públicos, em todas as esferas, adotem mais medidas e políticas públicas que visem garantir os direitos dos cidadãos, estipulados pela Constituição Federal de 1988 e pela definição do conceito de Bem-Estar social.

8 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edson Francisco. Impactos do novo marco legal brasileiro na gestão da educação municipal. Artigo acadêmico – Fundação Carlos Chagas, 2011.

AULETE, Caldas. Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa. 2ª edição de bolso. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

CAMPAGNAC, Vanessa. “Se conselho fosse bom...”: os conselhos gestores de políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro (2001 e 2006).

CASTRO, Jorge Abrahão. DUARTE, Bruno de Carvalho. Descentralização da Educação Pública no Brasil: Trajetória dos Gastos e Matrículas. Artigo acadêmico – Instituto de Pesquisa Aplicada, IPEA, 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 05 de dezembro de 2014.

Controle Social. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>> Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

CORBUCCI, Paulo. Situação educacional do jovem brasileiro. Artigo acadêmico – Instituto de Pesquisa Aplicada, IPEA, 2010.

Dados do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

Decreto N.º 14.522 de 11 de janeiro de 1996 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Decreto N.º 16.597 de 15 de abril de 2015 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Entrevista da Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro para o Jornal o Dia. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/artigos/qualidade-e-fundamental/>> Acesso em 02 de novembro de 2013.

FELIPE, Delton Aparecido. FRANÇA, Fabiane Freire. PEREIRA, Lílian Alves. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. Maringá, PR.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. A gestão educacional na interseção das políticas públicas municipais e federais. Artigo acadêmico – São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1998.

GALLO, Sílvio. Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo, 2007.

Informações sobre a cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_%28cidade%29> Acesso em 15 de outubro de 2015.

Lei N.º 859, de 05 de junho de 1986 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. - 2. Ed. revisada e ampliada. - Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010.

Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em 15 de outubro de 2015.

OTRANTO, Celia Regina. Desafios da Educação Municipal.

Portal da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/>> Acesso em 15 de outubro de 2015.

Resolução SME N. 676, de 22 de setembro de 1999 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Resolução SME N.º 1.117, de 12 de janeiro de 2012 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos, Políticas Públicas e Sociedade. Florianópolis, 2012.

SANTOS, Sônia Querino Santos e. MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Artigo acadêmico – Fundação Cesgranrio, 2008.

Secretaria Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>> Acesso em: 15 de out. De 2015.

SETUBAL, Maria Alice. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos? Artigo acadêmico – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Artigo acadêmico - Porto Alegre, 2006.

TOMIZAKI, Kimi. DOSSIÊ: "De uma geração a outra: a dimensão educativa dos processos de transmissão intergeracional". São Paulo, 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Florianópolis, 2009.

